

# Executivo 2

QUARTA-FEIRA, 07 DE JANEIRO DE 2009

**SECRETARIA DE ESTADO  
DE ADMINISTRAÇÃO**



**V – DIREITO CIVIL:** 1. Lei. Vigência, hierarquia, aplicação, integração, revogação e interpretação das leis. Revogação, derrogação e ab-rogação. Eficácia espacial e temporal (retroatividade e irretroatividade). Conflitos intertemporais e interespaçiais de leis. 2. Lei de Introdução ao Código Civil: vigência, início e cessação de sua obrigatoriedade. A integração da norma jurídica. A relação jurídica, os direitos objetivos patrimoniais e extra.patrimoniais. O exercício desses direitos. Das Pessoas: pessoas naturais e pessoas jurídicas. Entes não personificados. Personalidade e capacidade jurídica. Domicílio e residência. 3. Dos bens: natureza jurídica e a classificação. Bens dos incapazes. 4. Dos fatos jurídicos: pressupostos e requisitos, a inexistência, a invalidade e a ineficácia; negócio jurídico, atos jurídicos lícitos e ilícitos. Prescrição e decadência. Da prova. 6. Direito das obrigações. Modalidades, transmissão, adimplemento e extinção, inadimplemento. Contratos: parte geral, espécies. Princípio da função social do contrato, da probidade e da boa-fé. Extinção do contrato: distrato, cláusula resolutiva, exceção do contrato não cumprido e resolução por onerosidade excessiva. Atos unilaterais: Títulos de crédito, promessa de recompensa, gestão de negócios, pagamento indevido, enriquecimento sem causa. Responsabilidade civil: pressupostos, fundamentos e efeitos. Preferências e privilégios creditórios. 6. Direito de empresa: empresário, sociedades, estabelecimento e institutos complementares. 7. Direito das Coisas. Posse: conceito, natureza e classificação, aquisição: efeitos, perda e composses. Direitos reais; Propriedade: conceito, elementos constitutivos, classificação e restrições, modos de aquisição, descoberta. Função social da propriedade. Usucapião. Propriedade rural e urbana. Aquisição da propriedade móvel. Perda da propriedade. Direitos de vizinhança. Condomínio geral: condomínio voluntário e administração, condomínio necessário. Condomínio edilício: parte geral, administração e extinção. Lei n.º 4.591/64. Propriedade resolúvel. Propriedade fiduciária. Decreto-lei n.º 4728/65. Superfície. Servidões: constituição, exercício e extinção. Usufruto: disposições gerais, direitos e deveres do usufrutuário, extinção. Uso e habitação. Promessa de compra e venda: direitos do promitente comprador, Decreto. lei n.º 58/1937. Penhor, hipoteca e anticrese. 8. Direito de família: Casamento: conceito, natureza e características, capacidade para o casamento, impedimentos, causas suspensivas, processo de habilitação, celebração do casamento, provas, invalidade, eficácia, dissolução da sociedade e de vínculo conjugal, proteção à pessoa dos filhos. Lei 6515/77. Relações de parentesco: parte geral, filiação, reconhecimento, adoção, poder familiar. Direito patrimonial: regime de bens, pacto antenupcial, regime de comunhão parcial, de comunhão universal, de participação final nos aqüestos, de separação de bens. Usufruto e administração dos bens de filhos menores. Alimentos. Bem de família: conceito, formalidades necessárias e impenhorabilidade. União estável. Tutela e curatela. 9. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Introdução ao Direito da Infância e da Juventude (doutrina da Proteção Integral). Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente (saúde, liberdade, respeito, dignidade, convivência familiar e comunitária). Da família natural e da substituta. Da prevenção. Da informação. Da política de atendimento. Das medidas de proteção. Do ato infracional. Das medidas sócio-educativas. Da remissão. Das medidas aplicáveis aos pais ou aos responsáveis. Do conselho Municipal de Direitos e Tutelar. Do acesso à justiça. Da justiça da infância e juventude. Dos agentes. Da perda e suspensão do pátrio poder. Da perda da tutela. Da apuração de irregularidades em entidades de atendimento. 10. Direito das sucessões: parte geral, sucessão a título universal e singular, herança e administração, vocação hereditária: legitimidade para suceder e ordem de vocação, aceitação e renúncia, exclusão da sucessão, herança jacente, petição de herança, sucessão legítima e sucessão testamentária. Inventário e partilha. 11.

Registros públicos: Lei n.º 6.015, de 31/12/73. 14. Acidentes do trabalho: o dano e sua indenização. 15. Lei n.º 8.078, de 11/9/1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. 16. Lei n.º 10.741, de 1/10/2003, que institui o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

**VI – DIREITO PROCESSUAL CIVIL:** 1. O Direito Processual Civil: conceito, finalidades, natureza jurídica e princípios. Jurisdição e processo. Ação: conceito e teorias da ação. 2. Sujeitos da relação processual. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros: assistência, nomeação à autoria, denunciação da lide e chamamento ao processo. O Ministério Público no Processo Civil. Competência: critérios de determinação e modificação. O Juiz: poderes, deveres, responsabilidade, impedimentos e suspeição. 3. Atos processuais: forma, tempo, lugar e comunicação. Teoria das invalidades processuais: conceito, espécies e regime jurídico. 4. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária. Procedimentos comuns e especiais. Processo sumário (Lei n.º 9.245/95). 5. Sistemas de direito probatório. Prova: conceito, finalidade, Ônus, sistemas de avaliação, oportunidade, provas em espécie. Da sentença: conceito e classificações. 6. Coisa julgada: conceito. Limites subjetivos e objetivos. Recursos: conceito, espécies, regime jurídico e efeitos. Recursos para os Tribunais Superiores (Lei n.º 8.038/90). 7. Processo cautelar. Tutela cautelar e tutela antecipatória. Eficácia temporal dos provimentos cautelares. Ação cautelar inominada. Arresto, seqüestro, busca e apreensão, alimentos provisionais, posse em nome do nascituro, medidas provisionais do Direito de Família. 8. Ação de Mandado de Segurança. Ação Civil Pública e compromisso de ajustamento. Ação Popular. Mandado de Injunção. \_ábeas Data. Ações possessórias. Ação de usucapião. 9. Ação de alimentos. Separação e Divórcio. Interdição. Perda e suspensão do pátrio poder: hipóteses de cabimento, legitimação ativa e procedimento. 10. Ações reguladas pelo Código de Defesa do Consumidor: disposições gerais e funções do Ministério Público. Ações coletivas para defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Legitimação. Ação Monitoria. Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Leis Federais n.º 9.099/95, de 26.09.99, e 10.259/2001, de 12.07.2001).

**VII – DIREITO AGRÁRIO:** 1. Teoria Geral do Direito Agrário. 2. Princípios e Normas Gerais de Direito Agrário. Lei Federal n.º 4.947/1966 e alterações. 3. Formação histórica do Direito Agrário no Brasil. 4. Evolução do conceito de propriedade no Brasil. Função social da propriedade rural. Posse e propriedade rural. 5. Reforma agrária. Programa Nacional de Reforma Agrária. Execução e Administração da Reforma Agrária. Desapropriação de terras para fins de reforma agrária. Reserva Legal. Títulos da dívida agrária. Política agrícola. 6. Legislação Federal: Lei n.º 601, de 18.09.1850. Decreto n.º 1.318, de 30.01.1854. Decreto-Lei n.º 3.365/1941 e alterações, Decreto-Lei n.º 4.504 (Estatuto da Terra) de 30.11.1964 e alterações. Lei n.º 8.629/1993 e alterações. Legislação Estadual: Lei Estadual n.º 82, de 15.09.1892, Lei Estadual n.º 4.884, de 11.12.1979, Lei Estadual n.º 5.295, de 23.12.1985 Decreto Estadual n.º 410, de 08.10.1891, Decreto Estadual n.º 1.054, de 14.12.1996. 7. Bens públicos dominiais. Terrenos de Marinha, Terrenos Marginais. Terrenos de ilhas costeiras, fluviais e oceânicas. Nacionais Interiores. 8. Alienação e concessão de terras públicas. Imóvel urbano. Imóvel rural. Empresa rural. Latifúndio. Minifúndio. 9. Aquisição ou arrendamento de imóvel rural por pessoas físicas ou jurídicas estrangeira. Limitações à venda de terras a estrangeiros. 10. Terras devolutas. Destinação das terras devolutas. Terras devolutas e o poder público. Identificação das terras devolutas. Discriminação administrativa e judicial das terras devolutas. Arrecadação de imóvel abandonado. 11. Usucapião no Código Civil e na Constituição Federal. Usucapião Rural 12. Posse. Posse civil. Posse Agrária. Legitimação de posse. 13. Regime de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. Demarcação das terras das comunidades indígenas. 14. Quilombos e Quilombolas. 15. Regularização Fundiária Agrária e Urbana. Estatuto da Cidade. 16. Regularização dominial de terras rurais e sua ocupação. 16. Contratos Agrários. 17. Política Agrícola, Agrária e Fundiária do Pará. Lei n.º 5.849 de 24 de

junho de 1994. 14. Jurisprudência do STJ e do STF em matéria agrária. 15. Ouvidoria Agrária Nacional. Ouvidoria Agrária Estadual. Comissão Estadual de Mediação de Conflitos Agrários. 16. Dispositivos constitucionais relativos à matéria agrária.

**VIII – DIREITO AMBIENTAL:** 1. Conceito de meio ambiente. O bem ambiental e sua natureza jurídica. 2. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o meio ambiente. A repartição de Competências constitucionais em matéria ambiental. 3. Princípios do Direito ambiental. 4. Meio ambiente e a função social da propriedade urbana e rural. 5. O Socioambientalismo. A participação da comunidade na gestão e na proteção ambiental. 6. A Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6938/81). O Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA. Licenciamento Ambiental. Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). 7. A Reserva Legal e a Área de Preservação Permanente. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei n. 9.985/2000). 8. A Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9433/1997) e o Código de Águas (Decreto 24.643/34) 9 . Os Recursos Minerais na Constituição Federal de 1988. Pesquisa. Lavra. Participação do proprietário do solo. O código de mineração (Decreto-lei 227/1967). 10. O dano ambiental e a responsabilidade civil, penal e administrativa. Os Crimes Ambientais. 11. Meio ambiente e Política Urbana na Constituição Federal de 1988. 12. O Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001). As funções sociais da cidade. Os instrumentos de Política Urbana. 13. Legislação estadual: Meio Ambiente na Constituição do Pará. A Política Estadual de Meio Ambiente (Lei 5887/1995).

**IX – DIREITO EMPRESARIAL:** 1. Noções Gerais de Direito Empresarial; 1.1. Atividade Empresarial; 1.2. Empresário e Sociedade Empresária; 1.3. Contabilidade e Escrituração Empresarial; 1.4. Microempresa e Empresa de Pequeno Porte; 2. Direito Societário; 2.1. Espécies de Sociedade (Sociedade Empresária. Sociedade Simples); 2.2. Tipos Societários Mais Adotados (Sociedade Limitada. Sociedade Anônima); 3. Contratos Mercantis (Franquia, Arrendamento Mercantil, Alienação Fiduciária, Contratos Bancários); 4. Direito Cambiário; 4.1. Noção Geral de Título de Crédito; 4.2. Classificação Quanto à Circulação (Ao Portador, Nominativos, À Ordem); 4.3. Tipos Mais Utilizados (Nota Promissória, Cheque, Duplicata); 5. Direito Falimentar; 5.1. Noções Gerais de Falência; 5.2. Recuperação Judicial e Extra.Judicial.

**X – DIREITO DO CONSUMIDOR:** 1. Proteção do consumidor: pressupostos históricos, econômicos e jurídicos; 1.1 Características essenciais, princípios fundamentais e métodos de atuação do Direito do Consumidor 1.2 Capitalismo, industrialização, massificação e direito. 2. Âmbito de aplicação das normas do Direito do Consumidor; 2.1. Direito do Consumidor e Direito das Obrigações; 2.2. Relações do Direito do Consumidor com outros direitos; 2.3. Aplicação no tempo das normas de Direito do Consumidor; 3. A relação de consumo e suas especificidades; 3.1. A relação obrigacional de consumo; 3.2. Produtos e serviços; 3.3. Os fornecedores. Fornecedores privados (empresários) e públicos 3.4. Os consumidores e suas características básicas: a destinação final e a vulnerabilidade; 3.5. Consumidores empresários e não empresários; 3.6 As pessoas e entidades "equiparadas ao consumidor": as coletividades de pessoas, do art.2ºparágrafo único, os "equiparados a consumidores" do art. 29 e os lesados do art. 17; 4. Q Direito do Consumidor e os princípios do Direito das Obrigações 4.1. Princípios fundamentais dos contratos: autonomia privada, boa-fé e justiça contratual 4.2. Boa-fé contratual e Direito do Consumidor: funções de interpretação, integração e controle, nos contratos de consumo; 4.3. Justiça contratual e Direito do Consumidor: contratos padronizados e de adesão, lesão, onerosidade excessiva e correção monetária; 4.4. Risco de empresa e responsabilidade civil objetiva no Direito do Consumidor; 5. A empresa moderna, seu poder e seus contratos. Os contratos padronizados e de adesão; 5.1. Atividade empresarial, Atividade empresarial e poder econômico da empresa e a mudança realidade contratual; 5.2. Contratos interempresariais e unilateralmente empresariais; 5.3. As formas modernas de contratação; 5.4. O contrato de adesão (contrato padronizado e de adesão); 5.5. A padronização, razão